

Carbono Brasil – 26/08/2009

Setor elétrico quer revogação de norma do Ibama

Autor: Paula Scheidt - Fonte: CarbonoBrasil

Normativa que pede compensação de todas as emissões de CO2 de térmicas movidas a combustíveis fósseis é criticada por empresas e setores do governo, levantando debate sobre o futuro energético do país

Consideradas sujas e grandes vilãs do aquecimento global devido ao elevado volume de dióxido de carbono (CO2) que emitem, as termoelétricas a carvão e óleo combustível receberam um duro golpe em abril quando o Ibama publicou uma instrução normativa que exigia medidas compensatórias pelas emissões para liberar licenças.

A medida foi fortemente criticada pelo setor elétrico e, inclusive, por alguns setores do governo, levando a Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima a enviar uma carta a Casa Civil na última semana pedindo a revogação da normativa.

"Não houve consulta ao governo e o Ibama não tem nenhuma atribuição legal para falar sobre gases do efeito estufa", afirmou o secretário-executivo da Comissão Interministerial de Mudanças Globais do Clima, José Domingos Gonzalez Miguez, durante o V Fórum **Acende Brasil** sobre mudanças climáticas e o setor de energia, realizado nesta terça-feira (25) em Brasília.

A carta, segundo Miguez, foi assinada por nove dos dez Ministérios que compõe a Comissão, ficando de fora o Ministério do Meio Ambiente e a Casa Civil, também integrante, mas que no caso foi a destinatária do documento.

O diretor de sustentabilidade da EDP - Energias do Brasil, Pedro Sirgado, também reclamou da falta de debate com o setor empresarial. "As empresas não tem nada contra novas regras, mas sim contra aquelas impossíveis. Esta é impossível", disse.

A instrução normativa número 7 do IBAMA obriga novas termoelétricas a carvão e óleo combustível a compensarem 100% das emissões de gases do efeito estufa, sendo ao menos 1/3 através do reflorestamento e no máximo 2/3 em investimentos em geração de energia renovável ou medidas de eficiência energética.

"A empresa não pode escolher onde vai investir em renováveis. Ela precisa ir para leilão de energia do governo e, se não for aprovada, não consegue implementar a termoelétrica por causa dessa medida compensatória", explicou Sirgado.

A diretora do departamento de Mudanças Climáticas do Ministério do Meio Ambiente, Branca Bastos Americano, defendeu que a normativa foi uma tentativa de internalizar os custos ambientais das térmicas. "A idéia partiu da seguinte questão: por que não termos termoelétricas mais eficientes? Hoje, praticamente o que saiu das chaminés e não foi tratado é visto como um problema que não é mais dela", afirmou.

Branca ressaltou que desde a publicação da normativa, o Ministério de Meio Ambiente sofre pressões enormes e agora está desenvolvendo uma proposta de Resolução do Conama que prevê a redução de 50% das emissões de CO2 das térmicas a carvão e óleo combustível por meio de reflorestamento, sendo pelo menos metade feito com espécies nativas. "Vamos continuar trabalhando nesta proposta para se chegar a uma solução interessante para todo mundo."

Miguez criticou a idéia de plantar floresta como compensação por emissões, argumentando que ela não tem nenhum respaldo técnico. "A árvore pode ser cortada, pegar fogo ou ser atacada por uma peste e o carbono que está ali estocado volta para

a atmosfera gerando uma dupla emissão. Eles não entendem o problema e aumentam o risco de apagão no Brasil", afirmou.

Térmicas e o futuro energético

O setor elétrico brasileiro responde hoje por 1,4% das emissões de gases do efeito estufa. O Plano Nacional de Energia sugere, contudo, que a participação dos combustíveis fósseis suba de 8% para 13%, triplicando as emissões do setor (que passaria para 3,2%).

Para o secretário de planejamento e desenvolvimento energético do Ministério de Minas e Energia, Altino Ventura Filho, a normativa inviabiliza a expansão de termoelétricas a carvão previstas no Plano e argumenta que não tem sentido impedir usinas a carvão aqui se na China são instaladas duas por semana, já que a atmosfera é a mesma.

"Tanto faz fazer lá ou aqui. Para atender a demanda energética do país, teremos que investir em térmicas de base e o número que o país precisa instalar é irrisório perto do chinês", afirma. O programa energético a base de carvão da China é cerca de 40 mil megawatts (MW) por ano.

Contudo, o coordenador de mudanças climáticas e energia do WWF-Brasil, Carlos Eduardo Rittl, alertou que o debate da normativa precisa considerar o longo prazo e que os planos brasileiros precisam ter coerência entre eles. "O Plano Nacional de Mudanças Climáticas incorpora outros planos, conversando com eles, mas os outros planos ainda não são norteados pelos mesmos princípios, ou seja, pensar o Brasil como uma economia de baixo carbono."

Ele questionou, se o país precisa investir em termoelétricas como usina de base ou se, ao invés disso, não poderia investir em eficiência energética, que descreve como "a energia mais barata que existe".

O Brasil perde 17% da energia em linhas de transmissão, segundo Rittl. "Em países desenvolvidos é no máximo 5%", disse. Um estudo do WWF em parceria com a Unicamp mostra que o Brasil poderia economizar até US\$ 33 bilhões de dólares em eficiência energética.

Altino contra-argumentou, dizendo que o avanço nesta área não exclui as térmicas a carvão e óleo. "A política de hidroeletricidade no país está bem estabelecida, mas a realidade brasileira exige que se complemente a energia com térmicas de base", disse.

O Brasil possui o terceiro maior potencial hídrico do mundo, de 260 mil MW, dos quais 80 mil MW não podem ser aproveitados por estarem em áreas indígenas, parques nacionais ou reservas florestais. O Plano Nacional de Energia para 2030 prevê a exploração de todo os 180 mil MW possíveis e, com relação a eficiência energética, quer aumentar em 5%.

Rittl insistiu dizendo que o país pode ser mais ambicioso com relação a conservação de energia, sugerindo 10%, e que todo o bagaço da cana deve ser usado para geração elétrica. "A gente tem como direcionar nossas decisões em investimentos que fazem sentido", afirmou.

Crédito: Mariobrignot via Panoramio